

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.428.945 - MA
(2014/0004100-7)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
EMBARGANTE : JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
ADVOGADO : JOSE ANTONIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA -
MA002132
ADVOGADA : HELENA MARIA MOURA DE ALMEIDA SILVA -
MA007380
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada por José Reinaldo Carneiro Tavares em que manifesta oposição ao julgamento virtual dos Embargos Declaratórios no Agravo Interno nos Embargos de Divergência no Recurso Especial 1.428.945/MA, pautado para a sessão virtual da Corte Especial em 5.6.2019.

Opõe-se a requerente ao julgamento virtual, nos seguintes termos:

[...] a possibilidade de exercício, pelo advogado, nos termos do artigo 7º, inciso X, do Estatuto da Advocacia e da OAB, de ter a palavra “pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento”, **sempre presente nos julgamentos presenciais, e incabível na sessão virtual**, justifica a presente oposição, **posto que, para o peticionário, será preferível a apreciação do seu recurso na sessão pública da Corte Especial, já designada, onde o seu patrono poderá comparecer e eventualmente intervir nos termos do dispositivo supra, ainda que não seja possível sustentação oral no recurso em questão.**

É o relatório.

Decido.

Ressalta-se que a sessão virtual de julgamento encontra-se devidamente regulamentada no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nos termos dos artigos 184-A a 184-H, e a oposição das partes ao julgamento virtual tem expressa previsão no art. 184-D, inciso II, do Regimento Interno desta Corte Superior, nos seguintes termos:

Art. 184-D. O relator no julgamento virtual incluirá os dados do processo na plataforma eletrônica do STJ com a indicação do Órgão Julgador, acompanhados do relatório e do voto do processo.

Parágrafo único. A pauta será publicada no Diário da Justiça eletrônico cinco dias úteis antes do início da sessão de julgamento

virtual, prazo no qual:

I - é facultado aos integrantes do Órgão Julgador expressar a não concordância com o julgamento virtual;

II - as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159.

Desta forma, não há razão para retirar o processo do julgamento virtual, porquanto terá a parte toda a oportunidade de apresentar os memoriais que julgar necessários e ainda, inclusive, marcar audiências com os Ministros.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de retirada de pauta de julgamento virtual.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator